

Aleluia Heringer Lisboa Teixeira

**Encíclica Laudato Si´
e a Educação:
qual parte nos cabe?**



Aleluia Heringer Lisboa Teixeira

Encíclica Laudato Si´
e a Educação:
qual parte nos cabe?



Copyright © 2015

Autora: Aleluia Heringer Lisboa Teixeira

aleluia.heringer@gmail.com

Projeto gráfico e capa: Novos Conceitos Publicidade

Revisora: Sandra Medina

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T266e

Teixeira, Aleluia Heringer Lisboa

Encíclica Laudato Si' e a educação: qual parte nos cabe? / Aleluia Heringer Lisboa Teixeira. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2015.
53 p.

Inclui referências
ISBN 978-85-920401-0-9

1. Educação. 2. Escola. 3. Ecologia. 4. Meio Ambiente. 5. Educação Ambiental. 6. Encíclicas Papais. I. Título.

CDU-372.32

Ficha catalográfica elaborada por: Ana Paula Barbosa Mosqueira Oliveira - CRB-6/2876

2015

Todos os direitos reservados à autora.

Aleluia Heringer Lisboa Teixeira

Encíclica Laudato Si´
e a Educação:
qual parte nos cabe?

1ª Edição

Belo Horizonte
Edição do Autor
2015



Sobre a autora

Alêlua Heringer Lisboa Teixeira é mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Diretora do Colégio Santo Agostinho – Unidade de Contagem (MG), ocupa-se em imprimir em suas ações, iniciativas e escritos a preocupação e urgência de um ensino que retome as conexões perdidas entre as pessoas, o planeta e os animais. Idealizadora da Plataforma Terráqueos, que tem como proposta informar, promover e mobilizar a comunidade escolar em torno das grandes temáticas que afligem a humanidade. Articulista do Pensar a Educação em Pauta da Faculdade de Educação (UFMG) e da Agência de Notícias de Direitos Animais (ANDA).

Este trabalho da professora Dra. Aleluia reflete sensibilidade política em perceber o potencial pedagógico e social da abordagem ecológica do Papa Francisco na Laudato Sí, uma encíclica diferente. O Papa Francisco fez uma abordagem sistêmica arrojada, tirando os debates ambientais dos lugares-comuns e dos condicionamentos impostos pelas grandes potências e o mercado internacional. Ele introduziu uma discussão integral da ética ambiental e da econômica, inseparáveis do objetivo de construção de uma sociedade global solidária e justa, de forma amigável com os ecossistemas naturais.

A Terra já abrigava vasta diversidade de flora e fauna, terrestre e marinha, que se alimentava, crescia e reproduzia de forma bem distribuída geograficamente, antes do *Homo sapiens* povoá-la. E sem produzir esgoto e lixo, melhorando o solo e a qualidade dos ecossistemas a partir da fotossíntese. A economia natural ou ecologia precedeu a economia desenvolvida pela civilização, mostrando ser capaz de propiciar nossa subsistência sustentável. Por que não aprender com ela?

A sedentarização, com base nas tecnologias que impulsionaram as forças produtivas agrícolas, artesanais e industriais, deixaram para trás o período do coletor e caçador. A sociedade humana, urbana sobretudo, aprofundou o estranhamento cultural com o mundo animal, com o endeusamento humano e seu desligamento físico e espiritual dos ecossistemas simbolizados no mitológico Jardim do Éden.

A chamada “comunidade internacional” não tem respondido à altura o desafio do mundo contemporâneo. As reuniões do Protocolo de Kyoto, Rio +20, os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças

Climáticas (IPCC), a COP21 ainda não deram o devido tratamento às possibilidades que se abriram com as críticas de James Lovelock, em 1972, assim como à abertura propiciada com a realização da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente. Debates e resoluções de cunho economicista e subordinados aos marcos comerciais têm limitado e postergado o alcance das decisões desses fóruns internacionais. Falta chegar à questão essencial: a ecologização da economia, com a utilização de tecnologias e conhecimentos somente de forma compatível com as possibilidades de vida dos ecossistemas, os quais estariam no centro das decisões. É o que podemos chamar de visão ecossistêmica da vida, da economia e da política. O aquecimento global produzido pela emissão de gases resultantes da queima de combustíveis fósseis foi erigido em teoria central das reuniões governamentais internacionais, desviando-nos da busca de superação do modelo de produção e consumo centrado no consumismo, na produção de *commodities* pelo sistema de monoculturas que negligenciam a biodiversidade, a água e o respeito aos ecossistemas sociais, inclusive.

Esta publicação é uma grande oportunidade de introduzir esse debate no universo escolar e da gestão pública, pois além de trazer uma visão de mundo crítica das práticas destrutivistas, traz o método de análise macro e sistêmico da complexidade inerente aos ecossistemas e à água. Quando dizemos que os rios são informações que fluem e que o espelho d'água mostra a nossa cara estamos definindo territórios geográficos e nova proposta de produção de conhecimento.

Apolo Heringer Lisboa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
I. A ORIGEM DO PROBLEMA	14
II. NÃO SOMOS NÓS OS GUARDIÕES DA TERRA?	17
2.1. NOSSA RELAÇÃO COM AS PESSOAS	19
2.2. NOSSA RELAÇÃO COM A NATUREZA	23
2.3. RELAÇÃO COM OS ANIMAIS	26
III. SÃO FRANCISCO: EXEMPLO E INSPIRAÇÃO	34
IV. PARA ALÉM DA TÉCNICA: HOMEM E NATUREZA	36
V. IMPACTOS EM NOSSOS PROCESSOS EDUCATIVOS	42
REFERÊNCIAS	47

INTRODUÇÃO

A Encíclica do Papa Francisco denominada *Laudato Si': sobre o cuidado da Casa Comum*, com seus seis capítulos e 246 tópicos, foi divulgada oficialmente no dia 18 de junho de 2015, com ampla repercussão na imprensa. A divulgação não foi pequena em se tratando de uma encíclica papal normalmente restrita a grupos da Igreja Católica. *Laudato Si'* teve algo de diferente. Todos queriam conhecer a posição e as recomendações do Papa Francisco em relação ao cenário preocupante da crise ambiental. Pela primeira vez um documento papal tratava de forma ampla da questão ambiental no mundo, num enfoque sistêmico.

A Encíclica nos chega como um apanhado daquilo que vem sendo anunciado e denunciado desde a década de 70, quando as questões relativas à preservação e conservação da natureza começaram a ser efetivamente discutidas, abrindo espaço para uma série de posicionamentos e iniciativas destinadas a evidenciar as contradições ligadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente. Como exemplos citam-se a publicação da Teoria de Gaia, de James Lovelock, em 1972, assim como a realização da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo (neste mesmo ano), lançando as bases para a ECO-92¹. De lá para cá, uma série de movimentações no âmbito regional e das nações foram realizadas: Protocolo de Kyoto², Rio +20, relató-

1 Destaque para a Carta da Terra, um importante documento produzido pela ECO 92: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf

2 Protocolo de Kyoto: consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto Conference on the Changing Atmosphere, no Canadá em outubro de 1988.

rios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas³ (IPCC), COP21⁴, para citar alguns.

Devemos fazer jus aos anônimos ambientalistas, muitas vezes “vozes que clamam no deserto”, isolados em suas comunidades ou ONGs, os quais lutam e denunciam o malfeito no trato com a natureza. Fazem o trabalho de formiguinhas e são porta-vozes das populações mais pobres, das florestas, dos rios e dos animais. Outros, por conta de uma tragédia, ganharam visibilidade internacional, como Chico Mendes e a Irmã Dorothy Stang, ambos assassinados.

A inserção do tema na esfera ética e moral também não é algo novo. Vincent Defourny⁵, em 2010, dizia que “estamos diante de uma questão moral e ética, pois a concepção atual dos modos de produção e consumo são insustentáveis e torna incerto o futuro das sociedades humanas”. Também já está na pauta, há um bom tempo, a ideia de que “tudo está conectado”; as teorias sistêmicas (por volta da década de 30 do século XX); o pensamento complexo; o princípio da interdependência; e isso desde os primeiros filósofos até os dias de hoje com Fritjof Capra (Ponto de Mutação publicado no Brasil em 1980), Edgar Morin (O Método – volumes 1 a 6); ou Leonardo Boff⁶. O próprio termo eco-

3 Órgão das Nações Unidas responsável por produzir informações científicas em três relatórios que são divulgados periodicamente desde 1988. Reúne 2.500 cientistas de mais de 130 países.

4 COP21 é a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática. É a autoridade máxima para a tomada de decisões sobre os esforços para controlar a emissão dos gases do efeito estufa. Em 2015, a COP tem sua 21ª edição a ser realizada em Paris, França, em dezembro.

5 Representante da UNESCO no Brasil, em 2010, na apresentação do livro *Fazendo as Pazes com a Terra* (2010).

6 *Ecologia: Grito da Terra; Saber Cuidar; Ecologia e Libertação; Sustentabilidade o que é, o que não é*, para citar alguns títulos.

logia foi introduzido em 1866 pelo biólogo alemão Ernst Haeckel. De forma que é possível voltar sempre mais e mais no tempo e encontrar vestígios desta caminhada.

Neste sentido é possível afirmar que a Encíclica não traz uma novidade. A grande contribuição e força é a autoridade moral e ética de Francisco. Sua voz e seus atos são acolhidos entre pessoas de todos os cantos do mundo e de todas as religiões. Ele é, sem dúvida, uma grande liderança mundial e tem postura dos antigos profetas, aqueles que enxergam à frente do seu tempo, denunciam e anunciam. Ele nos faz lembrar que não devemos nos conformar com este mundo, mas transformar e renovar a nossa mente. Demonstra com o seu exemplo de vida que é possível priorizar outras formas de ser e de se relacionar com as pessoas, com a natureza e, principalmente, com o poder. Ele é modelar quanto à recomendação do Apóstolo Paulo, “não atendendo o que é propriamente seu, mas sempre ao que é dos outros”. O seu sentimento, e é o que encanta a todos, é o mesmo que houve em Cristo Jesus, que, sendo “em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus, mas esvaziou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens” (Filipenses 2:4-8). É esta a grande força espiritual, moral e ética que nos mobiliza em torno da *Laudato Si* e que nos faz lê-la como quem escuta a ordem de um amoroso e assertivo pai.

A Encíclica distribui responsabilidades para todos os níveis e direções: do mais isolado cidadão às lideranças do processo produtivo, financeiro e das nações. Orientação também aplicável ao ensino formal e ao professor na sala de aula. Se concebemos a educação diplomante como um vetor de transformação e interferência na realidade, não há como desconsiderar a contribuição (e responsabilidade) das instituições escolares na mudança de mentalidades e comportamentos dos indivíduos. Uma vez que significativa parcela das sociedades passa por essa instituição, é preciso que se reconheça o papel crucial do ensino nas novas formas de pensar e agir.

Entretanto, como ensinar aquilo que não sabemos? Partimos da premissa de que a proposta da Encíclica não faz parte de nosso modo de ser e de viver. Estamos ainda extasiados, como crianças em loja de brinquedos, com a possibilidade de consumo de massa inaugurado no pós-2ª guerra. Então, como ser parte da mudança se os próprios educadores estão formatados e contaminados dentro de um “paradigma antropocêntrico desordenado e caótico”? Precisamos pensar sobre essas coisas. Precisamos ter esse tipo de conversa. De forma sistemática e intencional, sabemos qual a parte que nos cabe? Ou Encíclica não é para nós? Responderemos por nossa omissão se continuarmos vivendo, agindo e ensinando como nossos pais. Não podemos e nem devemos ser os mesmos. Precisamos ser bem melhores.

O presente texto é uma tentativa de aproximação e de diálogo entre *Laudato Si'* e a Escola, ou a Educação (formal e informal). Como podemos comparecer e contribuir diante desse grande desafio mundial? Para organizar as ideias, fizemos a leitura da Encíclica, assinalando os pontos de interseção com a educação, criando, a partir daí uma, outra organização. Logo após o lançamento, muito foi escrito e comentado. Para este texto, dialogamos com a rica edição especial da Revista do Instituto Humanitas Unisinos, n.469 de 03.08.2015, intitulada *ECOmenismo de Laudato Si': da crise Ecológica à Ecologia Integral*. São 23 entrevistas a pesquisadores e estudiosos das mais variadas áreas do conhecimento ao redor do mundo. Daí diversas citações de alguns desses autores ao longo do texto. Acreditamos que este material nos ajuda a entender a forma como os mundos científico, teológico e político analisaram o documento, bem como a contribuição dessas análises para o nosso entendimento. *Laudato Si'*, por si só, não precisa de “reforços”; entretanto, este diálogo demarca sua inserção para além do âmbito do catolicismo.

Por fim, fizemos um recorte com a realidade escolar. Neste momento, diante da provocação da Encíclica, somos confrontados e instigados a responder: o que muda em nossos processos pedagógicos e metodológicos? Que novas conversas e práticas precisamos estabelecer? Que escolhas faremos? O que iremos denunciar e anunciar em nossas escolas?

O texto não tem a pretensão de fornecer respostas a essas perguntas, mas suscitá-las, estranhar algumas “verdades” já estabelecidas, contribuindo para o debate e a reflexão. Mudança de mentalidade e de cultura leva tempo. Tamanha empreitada requer muitas mãos e uma grande disposição de todos os envolvidos. Então, vamos no entusiasmo e esperança da frase atribuída a Margaret Mead, antropóloga cultural: *“Nunca duvide que um pequeno grupo de pessoas conscientes e engajadas possa mudar o mundo. De fato, sempre foi assim que o mundo mudou”*.

I. A ORIGEM DO PROBLEMA

Estamos na origem do problema. O relatório do IPCC de 2007 afirmou que o aquecimento global tem causas antropogênicas. Este entendimento não mais se discute, como anteriormente alguns o tentavam deslegitimar, alegando haver controvérsias ou que a afirmação não tinha base científica. Cai bem, é melhor e mais cômodo acreditar que não temos nada a ver com isso. Interessa a muitos setores da economia que não haja freios ou constrangimentos éticos ou morais. Hoje não é mais possível fugir desta constatação. Segundo Ramanathan, que preside uma equipe científica internacional da Ásia, África e América Latina no âmbito do Programa Atmospheric Brown Cloud – ABC, da ONU,

A mudança climática antropogênica não é uma tese; é um fato documentado por milhares de observações. Cerca de 98% de um grupo de 10 mil cientistas e mais de 50 ganhadores de prêmios Nobel têm concluído que a mudança climática é real e causada por atividades humanas (RAMANATHAN, 2015;31).

Na esteira dessa afirmação, não mais se discute que temos uma Casa Comum. Compartilhamos a existência. Somos companheiros de uma mesma passagem por este planeta chamado Terra. Não existe dentro e fora. Existe o nosso espaço comum. Como bem escreveu Capra (2006:45), “na natureza, não há “acima” ou “abaixo”, e não há hierarquias. Há somente redes aninhadas dentro de outras redes”. Somos todos Terráqueos e tudo aquilo que diz respeito ao planeta Terra nos atinge.

Estamos pagando e pagaremos a conta no tocante às consequências do aquecimento global, apesar de não sermos todos igualmente responsáveis pelo problema. Francisco denuncia que 20% da população mundial

consomem recursos numa medida tal, que roubam às nações pobres e às gerações futuras aquilo de que necessitam para sobreviver (LS92). Outros especialistas dão nitidez a essa realidade. Segundo Ramanathan (2015), “um bilhão das pessoas mais ricas do planeta contribuem para 60% do aquecimento global, enquanto os 3 bilhões mais pobres contribuem 6% ou menos”. Partha Dasgupta⁷ (2015.p.33), nesta direção, diz que “o mundo rico consome mais recursos através da importação de produtos primários e seus derivados, de modo que as pegadas ecológicas das pessoas nos países ricos excedem em muito a sua produção (ou pegada) ecológica local”. Por fim, Gaël Giraud (2015), economista francês, afirma que cada canadense emite, em média, mais de dez vezes mais carbono que um habitante da Zâmbia e que:

O enriquecimento dos mais ricos não traz nenhuma garantia de prosperidade aos mais pobres. Assim, as desigualdades significam simplesmente que os mais ricos conseguem captar uma parte crescente da riqueza produzida para o seu benefício pessoal (p.42).

Giraud tem a percepção que as elites econômicas de um grande número de países não levam a sério o desajuste climático e a destruição da biodiversidade. “Elas estão convencidas de que terão riqueza suficiente para se salvarem” (p.41).

Instiga-nos, então, pensar que nas escolas estão aqueles que pensam assim. Como nossas práticas e discursos os alcançam? Conseguimos promover diante desse público tão específico práticas que evocam mudanças, “conversões” e transformações, ou reforçamos e consolidamos as contradições citadas?

7 Partha Dasgupta - Professor Emérito de Economia em Cambridge.

Violamos o tempo da natureza e já vivemos os efeitos e sintomas do ponto de ruptura, devido à alta velocidade das mudanças e da degradação. Nossos usos e abusos ultrapassaram os limites permitidos. Violamos o tempo que rios, animais e florestas precisam para restabelecer o equilíbrio inscrito em sua natureza e em seus ecossistemas. Como chegamos a este estágio? Onde erramos? Por que fizemos isto com nossa morada? Não éramos nós os guardiões da natureza?

II. NÃO SOMOS NÓS OS GUARDIÕES DA TERRA?

“Crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, portanto, autorizados a saqueá-la. Esquecemos que somos terra.”

Francisco

Francisco dedica vários tópicos para responder a “como” chegamos à atual situação. Segundo ele, agimos assim “porque crescemos pensando que éramos seus proprietários e dominadores, portanto, autorizados a saqueá-la. Esquecemos que somos terra”. Uma apresentação inadequada da antropologia cristã, segundo ele, acabou por promover uma concepção errada da relação do ser humano com o mundo (LS116).

Para Francisco três relações vitais romperam-se: com Deus, com o próximo e com a Terra. “A harmonia entre o Criador, a humanidade e toda a criação foi destruída por termos pretendidos ocupar o lugar de Deus. Este fato distorceu a natureza do mandato de dominar a Terra e de a cultivar e guardar” (LS 66).

O entendimento equivocado e, convenientemente, ensinado do que seria dominar, cultivar e guardar é a chave que autorizou o homem a agir como soberano. Francisco diz que:

Devemos decididamente rejeitar que, do fato de ser criados à imagem de Deus e do mandato de domar a Terra, se deduza um domínio absoluto entre as outras criaturas. Cultivar quer dizer lavar ou trabalhar um terreno, guardar significa proteger, cuidar, pre-

servar, velar. Isso implica uma relação de reciprocidade responsável entre o ser humano e a natureza. Cada comunidade pode tomar da bondade da terra aquilo de que necessita para a sua sobrevivência, mas tem também o dever de a proteger e de garantir a continuidade da sua fertilidade para as gerações futuras (LS 67).

Francisco não poupa palavras, ao longo de toda a encíclica, para nos dizer do notável excesso antropocêntrico. Em outras instâncias temos vozes com esta mesma compreensão.

André Wénin (2015:75), biblista exegeta, teólogo e doutor em Ciências Bíblicas, diz que, de fato, na proposta do Éden está inscrito que se os humanos servirem ao jardim com seu trabalho, o jardim os alimentará com seus frutos (Genesis 2,16); se guardarem o jardim e o cercarem de cuidados, este os protegerá. Para ele, o Criador em cena no 1º capítulo de Gênesis deseja que o ser humano (e/ou) humanidade seja “à sua imagem”, sem que a semelhança seja dada. Esta é mais, como já disseram alguns padres da igreja, “uma tarefa que é da responsabilidade do ser humano: fazer com que se assemelhe à imagem do Deus criador, cuja última ação, nesse texto, é renunciar à onipotência, parando sua criação no sétimo dia”.

Patrick Viveret⁸ (2015:123) corrobora que “a humanidade não está colocada na natureza, mas a humanidade é a natureza nela mesma”. Afastamo-nos do entendimento de que somos parte da cadeia de vida e que “devemos sair de uma forma de humanismo de dominação sobre a natureza para passar a um humanismo de colaboração com a natureza”. Já Christiana Peppard⁹ (2015) concorda que as interpretações cristãs que

8 Formado em Filosofia e doutor pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris.

9 Professora de Teologia, Ciência e Ética na Fordham University, universidade jesuíta de Nova Iorque.

justificaram “a pilhagem do mundo natural” são simplesmente incorretas e precisavam ser corrigidas.

Se nossas interpretações são incorretas e precisamos fazer algumas correções, no próximo tópico aprofundaremos a análise de nossa relação ética com as pessoas, com a natureza (aqui considerando florestas, rios, riquezas e recursos naturais, renováveis ou não) e o animais, dada a sua especificidade¹⁰.

2.1. NOSSA RELAÇÃO COM AS PESSOAS

“A abordagem ecológica sempre se torna
uma abordagem social.”

Francisco

A compaixão é o que nos move a sentir a dor do outro. Quantas vezes Jesus, vendo a multidão, teve compaixão. Ele não era indiferente à dor, à injustiça, à opressão e à desigualdade. A pobreza é construída socialmente, da mesma forma que, socialmente, pode ser amenizada. O Papa deixa explícito em toda a Encíclica que os problemas da pobreza e da degradação ambiental estão ligados e remetem a estruturas mais amplas de economias que não estão orientadas para objetivos verdadeiramente morais, que sustentem a vida¹¹.

Processos mais justos e políticas públicas visando à diminuição da de-

10 Apesar de sermos natureza, animais humanos (primatas, mamíferos) consideramos oportuno incluir o animal “não humano” em uma categoria própria. Este procedimento contribui para que sejam analisados como seres sencientes e não como “recursos”.

11 Este assunto é analisado por Christiana Peppard (2015: 116-119), professora de Teologia, Ciência e Ética da Universidade Jesuíta de Nova Iorque.

sigualdade social e da miséria são meios possíveis de revisão de nossa relação com as pessoas. Aqueles que têm mais e que podem interferir para que o outro seja percebido e tratado com dignidade, têm maiores responsabilidades. Os políticos na condução do dinheiro público e na definição de políticas são responsáveis. A educação formal deve, ao longo da escolaridade, ensinar a compaixão, educar o olhar para que o mais frágil seja notado. Ensinar “na” cidadania, proporcionando ações e iniciativas em que os alunos participem realmente dos âmbitos das decisões e debates sociais sobre questões afins. Sensibilidade social se ensina e dá trabalho, assim como a indiferença. Para esta última, basta não fazer nada.

Francisco nos convida a este movimento de sair de si rumo ao outro.

Sempre é possível desenvolver uma nova capacidade de sair de si mesmo rumo ao outro. Sem tal capacidade, não se reconhece às outras criaturas o seu valor, não se sente interesse em cuidar de algo para os outros, não se consegue impor limites para evitar o sofrimento ou a degradação do que nos rodeia. A atitude basilar de se autotranscender, rompendo com a consciência isolada e a autorreferencialidade, é a raiz que possibilita todo o cuidado dos outros e do meio ambiente; e faz brotar a reação moral de ter em conta o impacto que possa provocar cada ação e decisão pessoal fora de si mesmo (LS208).

Da mesma forma que hoje compreendemos que não existe o “lá fora” em termos de planeta, não é sustentável e nem digna a existência de humanos de 2ª categoria. Prevalece, entre nós, o discurso que somos todos iguais, e na prática, a naturalização que alguns são mais iguais que os outros. Ou repartimos o pão, a riqueza e a educação, ou continuaremos assistindo ao aprisionamento dos ricos e o medo das nações.

A imigração forçada por conta de múltiplos fatores (disputas geopolíticas, disputas por reservas de bens naturais estratégicos, corrida à produção de venda de armas, conflitos religiosos e étnicos etc.) deixou de ser anúncio futuro para ser realidade. Por conta da globalização, com a velocidade das informações e circulação de imagens, o outro que migra passou a ter rosto e nome, como a imagem de Aylan Kurdi, menino sírio-curdo de três anos, cujo corpo encontrado na praia chocou o mundo, tornando-se símbolo da desumanidade anônima.

Desde 2014 a mídia noticia como a escassez das chuvas e a má gestão da água passaram a amedrontar o paulista, o mineiro e o carioca. Entretanto, esta é a realidade que há séculos assola nordestinos, africanos ou qualquer outro lugar onde a desigualdade de oportunidades e de condições mínimas de sobrevivência existem. Essas pessoas descem ou sobem morros, arriscam-se atravessando fronteiras, atravessam os mares ou o sertão. Andam não porque estão descontentes com seus territórios, mas porque são obrigados a partir pela fome, pela falta de segurança ou por terem perdido tudo em um desastre natural. O problema que era do outro passa a ser nosso, da poderosa Europa, ou dos grandes centros urbanos. Temos os progressos científicos mais extraordinários e as invenções técnicas mais assombrosas, mas que se voltam contra o homem, pois estão desassociados do progresso social e moral, conforme bem lembra Papa Paulo VI, citado por Francisco (L4).

A crise ambiental vem agravar o problema dos fluxos migratórios. Outras levas de populações irão se deslocar. Logo, diante de situações carregadas de potenciais conflitos futuros, as pessoas mais pobres acabam sendo as mais afetadas. Residem em locais de grande vulnerabilidade e serão, portanto, os primeiros atingidos. Eles pouco resistem ou conseguem se reerguer após tempestades, terremotos ou furacões. Uma coisa é um terremoto no Haiti; outra, é no Japão. As construções, a organi-

zação do país, a segurança e a educação fazem toda a diferença. Sem contar que o olhar do sistema produtivo financeiro para essas tragédias também não é o mesmo da realidade em que vivemos.

Segundo Koïchiro Matsuura (2010;7-11), o aumento da temperatura de 1°, 2° ou até 6,4° C, é o esperado até o final do século, o que ameaça diversas regiões do mundo e aumenta os riscos de catástrofes, bem como o alagamento de Estados insulares e zonas costeiras, além do aumento de tempestades tropicais. A desertificação afeta um terço da terra firme do mundo. Até 2050, dois bilhões de pessoas serão afetadas com a expansão dos desertos. A poluição do ar custa 1,56 milhões de mortes na Ásia. Os melhores peritos, segundo Matsuura, preveem que dois bilhões de pessoas terão de lutar contra a falta de água em 2025¹².

É neste sentido que aquilo que fazemos com a natureza tem reflexo imediato nas pessoas. Matsuura diz que “este planeta é nossa imagem no espelho: se ele for ferido, nós somos feridos, se ele for mutilado, a humanidade também será mutilada”. O mesmo que já foi dito por Ted Perry, inspirado no Cacique Seattle, no final do século XIX: “Tudo o que acontece com a Terra, acontece com os filhos e filhas da Terra”.

Esta é a interdependência e a ideia de que estamos todos conectados.

12 No prefácio do livro *Fazendo as Pazes com a Terra*, publicado pela UNESCO.

2.2. NOSSA RELAÇÃO COM A NATUREZA

“O que observamos não é a natureza em si,
mas a natureza exposta
ao nosso método de questionamento.”

Heisenberg

Roseanne Murphy¹³ é uma religiosa que integra a mesma ordem de Dorothy Stang¹⁴. Ela nos conta que a religiosa Dorothy amava os animais e a floresta. Chorava ao ver as árvores sendo destruídas e os animais, dizimados. Quando a Dorothy chegou ao Pará, em 1966, 99% da derrubada da floresta era ilegal. Ao longo dos primeiros cinco anos do seu tempo no Brasil, a estação chuvosa encolheu de nove para cinco meses por ano. Os mananciais e rios baixaram. Os pecuaristas adubaram a terra que eles tinham desmatado para plantar uma forma resistente de capim que eliminava todos os outros tipos de planta. Os produtos químicos foram levados para os rios, onde os pobres pescavam para se alimentar.

Dorothy sabia que o consumismo a dominar o mundo bem como a ganância daqueles que gostariam de explorar indiscriminadamente os produtos da natureza eram responsáveis por destruir a terra e a floresta, sem ter em conta as futuras gerações e, especialmente, sem levar em consideração os pobres. Segundo Roseanne, Irmã Dorothy viu que a demanda por carne bovina provocava a destruição da Floresta Amazônica. Os países ricos exigiam mais e mais carne. Com isso os grandes proprietários de terras viram essa demanda como uma oportunidade

13 Em sua entrevista à Revista Unisinos (p.124-127). Ela é mestre e doutora em Sociologia. Conviveu e escreveu um livro sobre a vida da Irmã Dorothy.

14 Em 2007 ela publicou o livro *Mártir da Amazônia: a vida de Irmã Dorothy Stang*.

para aumentarem ainda mais os seus lucros, mesmo sabendo que os agricultores pobres poderiam ser mortos dado o acirramento dos conflitos gerados pelo interesse daqueles em assumirem o controle da propriedade da terra, a fim de ampliarem suas atividades criatórias. Dorothy viveu a triste experiência de ver inúmeros pequenos agricultores serem expulsos de suas (legítimas) propriedades ou mesmo mortos caso se recusassem a sair, para que os proprietários rurais pudessem criar mais gado.

Esse relato de Roseanne Murphy nos chega em razão de a morte da Irmã Dorothy ter alcançado repercussão internacional, evidenciando a verdadeira guerra por terras que ocorre no norte do Brasil¹⁵.

Ao ler a entrevista, percebemos a impossibilidade de se separar aquilo que acontece com as pessoas, com o planeta (os ecossistemas) e com os animais. Quando falamos de natureza, estamos nos referindo a tudo isso. Mesmo que o animal humano se diferencie das demais criaturas por criar cultura, ele ainda é 100% natureza. Somos primatas e mamíferos. Esta é a força da interdependência. Árvores, água, animais, seres humanos, terra, rios, tudo e todos são ecossistemas vivos aninhados um dentro do outro. Aquilo que é demandado nos centros urbanos tem repercussão no interior da floresta e tem impacto na atmosfera. Rever nossa relação com a natureza é rever nossos processos e modos de pensar. Afinal, como fazê-lo: linear ou ciclicamente? Considerando que tudo isso é tecido junto; portanto, complexo. A interdependência é fundamental para avançarmos.

15 Francisco, antenado nestes dados e ciente daquilo que acontece nas florestas, diz que “as economias de larga escala, especialmente no setor agrícola, acabam por forçar os pequenos agricultores a vender as suas terras ou a abandonar as suas culturas tradicionais” (LS 129). Lembrando aqui que a plantação de soja e milho no Brasil, em larga escala, é para exportação e produção de ração animal e não para alimentar as pessoas.

Rever nossa relação com a natureza passa pela concepção de natureza com a qual nos identificamos e pretendemos trabalhar. Para José Roque Junges¹⁶ (2015:105), existem três modos de conceber o meio ambiente:

A primeira como estoque de recursos naturais para o proveito humano. Esta abordagem identifica-se com a visão antropocêntrica, em que o ambiente é o conjunto dos recursos naturais a serem apropriados e transformados a serviço do consumo e conforto humano. Para essa tendência, ser ético é defender a conservação da natureza e alimentação do seu aproveitamento para possibilitar o usufruto dos recursos naturais pelas gerações futuras.

A segunda como museu natural a ser preservado da intervenção humana. Concepção que se identifica com a visão biocêntrica, pois está centrada nos seres vivos sem nenhum protagonismo dos humanos, cuja intervenção precisa ser reduzida e ou eliminada para que haja preservação da natureza. Essa visão defende um culto ao silvestre que preserva ambientes naturais intactos sem presença humana, transformando a natureza num museu a ser apreciado.

A terceira como ambiência (*oikos*) de reprodução das condições ecossistêmicas e sociais para a sobrevivência da vida. Concepção ecocêntrica, pois tem como foco ecossistemas, entendidos como conjuntos de interdependências socioambientais que possibilitam as condições para que a vida se reproduza. Nesses conjuntos, os humanos e a sociedade estão interligados com os restantes seres vivos numa integração que não separa o social e o ambiental, o humano e o natural, condição indispensável para se discutir a sustentabilidade socioambiental.

A Encíclica assume, segundo Junges, a visão ecocentrada de compreensão da natureza, privilegiando as interdependências socioambientais da

16 Jesuíta, doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

sustentabilidade ecológica. Uma forma bonita de entender esta visão é descrita por Joshua Rosenau¹⁷ (2015), em sua entrevista à Revista Unisinos. Ele nos apresenta o livro “O redemoinho consolador”, de Bill McKibben¹⁸, que parte do discurso que Deus faz para Jó do meio do redemoinho para retirar algumas lições. Ele observa que, mais notável até do que o tom sarcástico usado por Deus, é o ambiente.

Deus está descrevendo um mundo sem pessoas, um mundo que existiu muito antes das pessoas e que parece ter seu próprio sentido independente. O Deus de Jó está contestando a narrativa autocentrada que Jó e seus amigos adotam, mas também contestando sua atitude humanocêntrica (p.27).

O discurso de Deus para Jó é que nós somos uma parte de toda a ordem da Criação. Simplesmente uma parte, não seu centro.

2.3. RELAÇÃO COM OS ANIMAIS

Francisco desautoriza aqueles que utilizam a Bíblia para justificar o antropocentrismo despótico que se desinteressa das outras criaturas e assume de forma explícita a sua valorização à parte de sua utilidade para os seres humanos (LS n. 68; 115; 118; 138). Utiliza-se, inclusive, da expressão “esquizofrenia permanente” para designar a exaltação tecnocrática que não reconhece aos outros seres um valor próprio.

No Capítulo II de sua encíclica, nos tópicos 65 a 75, ele demonstra a sabedoria das narrações bíblicas. Chama-nos, ao longo do tópico 69, a reco-

17 Biólogo. Diretor do Projeto de Informação Pública da National Center for Science Education.

18 Ambientalista americano, escritor e jornalista. É um dos líderes que coordena a campanha anticarbônico 350.org.

nhecer que “os outros seres vivos têm um valor próprio diante de Deus e, pelo simples fato de existirem, eles O bendizem e lhe dão glória”. Também que “cada criatura possui a sua bondade e perfeição próprias. As diferentes criaturas, queridas pelo seu próprio ser, refletem, cada qual a seu modo, uma centelha da sabedoria e da bondade infinitas de Deus”. No tópico 84 e 85, Francisco irá dizer que “cada criatura tem uma função e nenhuma é supérflua” e que “nenhuma criatura fica fora desta manifestação de Deus”.

Se levarmos essas afirmações ao pé da letra temos que considerar que toda criatura, sem exceção, tem o seu propósito: papagaio, jacaré, avestruz, galinha, cavalo, pato, marreco, elefante, borboleta, porco etc. Entendemos também que esse propósito não é o de servir o homem, ser um recurso natural renovável e muito menos ser objeto de consumo.

Ao lermos o livro de Jó, temos, no capítulo 38 a 41, a descrição de muitos animais, exatamente no diálogo quando Deus convence Jó de sua ignorância: as cabras montesas, as corças, o jumento selvagem, o boi selvagem, o avestruz, o cavalo, o hipopótamo, considerado ali como obra-prima dos feitos de Deus. São descrições detalhadas da estrutura corporal, da inteligência, daquilo que Deus os dotou para sua sobrevivência, e todos eles merecem vários versículos numa demonstração de que, aos olhos de Deus, valem por si. Não são concebidos como recurso.

Francisco, neste sentido, considera simplista a ideia de que as outras criaturas estão totalmente subordinadas ao bem do ser humano, “como se não tivessem um valor em si mesmas e fosse possível dispor delas à nossa vontade”. Sua importância não está em sua utilidade, mas na sua existência singular. Criação, na tradição judaico-cristã, é mais do que dizer natureza, porque “tem a ver com um projeto do amor de Deus”. Francisco situa e torna a situar a criação à ordem do amor. “Até a vida efêmera do ser mais insignificante é objeto do seu amor e, naqueles poucos segundos de existência” (LS76 e 76).

Interessante a análise de André Wénin (2015), biblista exegeta, teólogo e doutor em Ciências Bíblicas, que considera a Bíblia como um livro que mais convida a pensar do que dá a crer. Ele parte do princípio que o Criador dá aos viventes seu alimento (Gênesis 29-30). Aos humanos, os cereais e os frutos; aos animais, os vegetais. Segundo ele, “isso pode parecer anedótico, mas, ao contrário, é essencial”.

Porque, se os humanos devem dominar os animais, mas não se alimentarem da carne destes significa que podem dominá-los sem matá-los, sem violentá-los. E, uma vez que os humanos e os animais não têm a mesma alimentação, não deverão lutar entre eles para poderem comer. Tem-se aí a imagem de uma relação “suave” com a criação, uma forma de exercer o domínio sobre o mundo que respeita profundamente o mundo e seus habitantes. (p.75)

Para ele, no fundo, o que diz o Gênesis em sua linguagem mítica não é primeiramente “uma afirmação teológica, trata-se de uma verdade de experiência”¹⁹.

O que está no centro aqui é a tese do antropocentrismo que, segundo Jame Schaefer (2015)²⁰, insiste que:

Os seres humanos são as únicas criaturas intrinsecamente valiosas entre as muitas animadas e inanimadas que constituem a Terra e todas as outras criaturas se destinam a ser usadas como

19 A historiadora Chiara Frugoni (2015:82), especialista da Idade Média e da História da Igreja, analisa que Adão, antes de receber sua companheira, vivia no paraíso voluptatis, destinado a um trabalho feliz de agricultor. Deus o tinha criado ut operaretur custodiret et illum (cultivá-lo e guardá-lo, Gên. 2,15). Deus havia previsto uma alimentação só vegetariana, tanto para os homens como para os animais (Gen. 1,29-30).

20 Doutora em Teologia Sistemática e Ética pela Universidade de Marquette, Wisconsin – EUA.

instrumentos para satisfazer a necessidade e os desejos humanos, minha pesquisa sobre fontes teológicas patrísticas e medievais rejeita essa tese inteiramente (p.113).

Este antropocentrismo, segundo Schaefer, deve ser rejeitado por razões teológicas por qualquer pessoa que crê em Deus. Temos, portanto, uma longa discussão sobre o lugar das demais criaturas e também dos recursos naturais, que não deixa nenhuma dúvida de que nossa relação com os demais entes da Criação é predatória e desordenada. Nos tópicos 81 a 89 da LS, temos essa relação detalhada. Tão certo como o ser humano é sujeito, nunca objeto, é errado pensar que “os outros seres vivos devam ser considerados como meros objetos submetidos ao domínio arbitrário do ser humano”. Para Francisco, a visão que “consolida o arbítrio do mais forte” favoreceu imensas desigualdades, injustiças e violências para a maior parte da humanidade. Ele é enfático ao dizer que devemos “rejeitar todo e qualquer domínio despótico e irresponsável do ser humano sobre as outras criaturas. “O fim último das restantes criaturas não somos nós”.

Abro aqui um parêntesis. Quanto ao uso do animal como alimento, basta-nos aqui, como provocação e reflexão, o conceito do sociólogo Lucien Goldmann, chamado de “consciência possível”, em que diz que ela é o limite de consciência, de compreensão de mundo, de um determinado grupo. Assim, costumes, culturas, crenças se consolidam como consciência possível: eles nos ajudam a compreender o mundo em que vivemos, mas também interditam e condicionam o pensamento diante de novas possibilidades, de novas maneiras de viver. Segundo Goldmann, a consciência possível é um conceito “fronteiriço”, pois é ali que conseguimos transpor ou não as possibilidades de pensar algo novo ou continuar a só reproduzir o que já existe no mundo²¹. Fecho o parêntesis.

21 Sobre este assunto ver FREIRE (1995), Isa Maria. Informação, consciência possível, campo. Um exercício com construtos teóricos. Revista Ciência da informação,

Mas para onde estamos indo? O que estamos fazendo? Hoje o animal está no Caderno de Negócios, Mercado. Virou commodities. Triste para eles, pior para nós. Não há como separar este tema tão complexo dos impactos para o planeta. O relatório publicado pela FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), em 2006, com o título *Livestock's Long Shadow*, que ficou conhecido no Brasil como “A sombra da pecuária”, aborda os pesados impactos da pecuária, seja ela extensiva, semiextensiva ou intensiva, para o meio ambiente. Entre seus dados mais conhecidos, está o de que a pecuária é responsável, via meios diretos e indiretos, por 18% de todas as emissões de gases de efeito estufa por atividades humanas, superando a emissão vinda de todos os meios de transporte somados. Estamos diante de grandes corporações, desejo de consumo por parte das pessoas, costumes e um impacto ambiental altíssimos²². Esse “problema” visto na perspectiva técnica tem solução, exceto para os animais. Vejamos dois exemplos recentes:

No caderno Mercado do Jornal Folha de S.Paulo (23/08/2015), com o título *Empresários geram energia do esterco*, a matéria aborda a transformação dos dejetos dos animais em biometano, que abastece seus veículos e maquinários. O fazendeiro do Paraná citado criava 5.000 porcos, que produziam cerca de 100 mil litros de esterco e efluentes líquidos por dia. Foi quando ele decidiu instalar o biodigestor para tratar os resíduos. Também suas 84 mil aves para a produção de ovos e os bois para corte têm seus excrementos captados e processados. Um dos subtítulos é: *Tudo se Transforma*. Nem só os dejetos dos animais viram negócios lucrativos, mas também a graxaria (que faz reciclagem de restos animais que não são aproveitados: vísceras, ossos, sangue e carcaças) transforma

vol.24, n.01,1995, IBCT (Instituto Brasileiro de Informações em Ciências e Tecnologia). http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_eca4ce0288_0008929.pdf

22 Conheça o mapa da carne (traduzido) <https://luciliadiniz.com/o-mapa-da-carne/>

tudo em produtos de limpeza, como detergentes e ração. Problema dos dejetos resolvido!

O segundo exemplo também saiu na Folha de S.Paulo (29/08/2015): um estudo que vem sendo desenvolvido pela UFMG, como intuito de reduzir os “arrotos” dos 211 milhões de cabeças de gado do Brasil – o maior rebanho comercial do mundo. Atenção: o Brasil tem mais bois e vacas do que gente²³! Segundo pesquisadores da Escola de Veterinária, o equivalente a 115 milhões de toneladas de gás carbônico (tCO₂eq, como se abrevia a medida padrão para gases do efeito estufa) poderiam deixar de ser lançadas até 2030 apenas melhorando a “produtividade da pecuária”. As “técnicas” para aumentar a produtividade implicaria, inclusive, o confinamento do rebanho (leia-se, retirar do boi a possibilidade de pastar, o que é próprio de sua natureza). Segundo o pesquisador:

Com capim melhor, bois e vacas crescem mais rápido e vão para o matadouro mais cedo (sic). Não é raro no Brasil o abate ocorrer após os 40 meses, quando é possível fazê-lo aos 24. Seriam 16 meses a menos emitindo gases.

Problema tecnicamente resolvido! Entretanto, levando para o campo moral e ético precisamos responder: estamos falando de uma criatura de Deus ou de um poste? Ou não nos cabe esta pergunta?

Entretanto, o problema está no metano (CH₄) produzido no rúmen²⁴. Ele é um dos piores gases do efeito estufa, 21 vezes mais capaz de reter o calor na atmosfera que o CO₂. A entrevista segue com material riquíssimo que escancara o quanto é urgente considerações éticas. Não

23 Segundo o CENSO 2014, o Brasil também já tem 23 milhões de animais de estimação, mais que crianças.

24 Porção ou fração do estômago dos animais ruminantes; do mesmo significado de pança.

há neutralidade no uso da técnica! Reparem a trama que se cria a fim de condicionar estilo de vida.

Aonde vamos ao considerar apenas a questão técnica e econômica? Quando o relatório da FAO saiu, muitas vezes se levantaram tentando amenizar os impactos. Diziam: “pecuária mais inteligente, não menos pecuária”, e que “produzir menos carne e leite só vai significar mais fome em países pobres”. Sensibilizando assim os desavisados, afinal quem irá questionar aqueles que dão de comer às crianças pobres? Outra grande falácia. A proteína animal pode ser indispensável para algumas regiões inóspitas do planeta, onde pouquíssimas pessoas vivem, mas ela não é a solução para 7 bilhões de habitantes. A proteína de origem vegetal, sim. Desconhecemos e não ensinamos onde podemos encontrar os nutrientes de que necessitamos; desconhecemos e não partilhamos receitas. Tornamo-nos assim reféns de uma propaganda reduzida que condiciona a cultura, formata a educação e cauteriza nossas mentes, tornando-nos insensíveis com o sofrimento animal. Falta-nos um olhar de conjunto.

É muito interessante para o mercado nomear uma criatura, sujeito de uma vida, como arroba, peça, quilo, commodities, pois assim deixamos de enxergá-los como “alguém”. Esta fragmentação do saber não é neutra, já que “realiza a sua função no momento de se obter aplicações concretas, mas frequentemente leva a perder o sentido da totalidade, das relações que existem entre as coisas, do horizonte alargado: um sentido, que se torna irrelevante” (LS 110). Tamanha é a nossa cegueira! E também nossa “esquizofrenia permanente”, que se estende da exaltação tecnocrática, que não reconhece aos outros seres um valor próprio (LS 118).

Francisco nos alerta dizendo

É verdade também que a indiferença ou a crueldade com as outras criaturas deste mundo sempre acabam de alguma forma por

repercutir-se no tratamento que reservamos aos outros seres humanos. O coração é um só, e a própria miséria que leva a maltratar um animal não tarda a manifestar-se na relação com as outras pessoas. Todo o encarniçamento contra qualquer criatura é contrário à dignidade humana (LS92).

O encarniçamento significa, entre outras coisas, a crueldade e a insistência em prosseguir, em manter alguma coisa. Não é mais possível dizer que não sabíamos²⁵.

Por fim, há que se considerar que não existe “abate humanitário”. Quem lê, estuda e conhece a realidade das grandes indústrias que exploram os animais, sabe que o que menos existe em seus processos é algo humano, amoroso, de compaixão ou de respeito. Ao contrário, perdura a escravidão, crueldade, violação da natureza inscrita em seus corpos, mutilação, inseminação artificial e separação de organizações familiares.

25 Hoje há uma vasta produção encabeçada pelos pioneiros Peter Singer, filósofo australiano, autor do livro *Libertação Animal*, lançado em 1975 e traduzido para o português em 2004, um marco da causa animal; e Tom Regan (2006), um dos maiores nomes da Bioética em seu livro *Jaulas Vazias*. Destacamos também a Universidade Federal de Santa Catarina, que se constituiu em um centro de referência no assunto, graças ao trabalho pioneiro de Sonia T. Felipe, Graduada em Filosofia, Mestre em Antropologia Filosófica, Doutora em Teoria Política e Filosofia Moral (Alemanha) e Bioética animal (Pós-doutorado – Lisboa).

III. SÃO FRANCISCO: EXEMPLO E INSPIRAÇÃO

Como todo esse aporte teórico será recebido por nós? O que é viver ou encarnar essas palavras? A quem imitar? São Francisco de Assis (1181-1226), homem à frente do seu tempo, já há muito, mesmo quando nenhum desses assuntos ou expressões existiam, apontava para outro modelo de como entender a natureza. Segundo a historiadora e especialista da Idade Média e da história da Igreja, Chiara Frugoni (2015), São Francisco decidiu aplicar o Evangelho ao pé da letra e seguir a vida de Cristo, para espalhar, por toda parte, uma mensagem de amor e de paz. Fundador da Ordem dos Frades Menores, conhecidos como franciscanos, tornou-se o Santo Patrono dos animais e do meio ambiente. Ele é o maior exemplo para Jorge Mário Bergoglio, que escolheu ser chamado de Francisco, numa clara indicação de alinhar esse ícone da Igreja Católica ao seu pontificado. Ele se orienta pelo simbolismo franciscano, afirma Frugoni.

Em nossa educação espiritual e ecológica, esse exemplo de cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral precisa ser resgatado. É preciso trazer para a pauta de nossos processos educativos a harmonia vivida por São Francisco de Assis com todas as criaturas. Papa Francisco nos exorta que esta convicção “não pode ser desvalorizada como romantismo irracional, pois influi nas opções que determinam o nosso comportamento”.

Para Jame Schaefer²⁶ (2015), temos na experiência ecológica de São Francisco atitudes e ações para imitar, tais como:

26 Doutora em Teologia sistemática e Ética pela Universidade de Marquette, Wisconsin, EUA.

Proteger fisicamente e dar alimento a outros animais, expressar piedade (na acepção medieval – amor, afeição, gentileza, compaixão, devoção e fidelidade) para com eles; viver com outros animais como companheiros seus; usar linguagem familiar para expressar sua proximidade para com eles; valorizar e preservar seus meios ambientes naturais; e sentir a reciprocidade dos animais para com eles (p.115).

Em nossos colégios e obras, dedicamos espaços a educadores que consideramos exemplares nos valores e atitudes que representam: Mandela, Paulo Freire, Darci Ribeiro, Carlos Vicuña. É possível pensar a figura de São Francisco como símbolo de uma nova mentalidade e práxis ecológica em nossos ambientes educativos? Dedicar-lhe não propriamente um espaço físico, mas escolhê-lo como referência de novas práticas e princípios educativos?

IV. PARA ALÉM DA TÉCNICA: HOMEM E NATUREZA

“Não nos resignemos a isto nem renunciemos a perguntar-nos pelos fins e o sentido de tudo”

Francisco

Pelo que vimos até agora, há um descompasso entre o imenso crescimento tecnológico e o desenvolvimento do ser humano quanto à responsabilidade, aos valores, à consciência. Francisco nos fala de uma ciência moldada pela ética e que considere “se os avanços são prudentes e que meça as consequências daquilo que propõe”. Também que “decisões que talvez pareçam puramente instrumentais são, na realidade, decisões sobre o tipo de sociedade que queremos construir”. Esta interrogação refere-se sobretudo à sua orientação geral, ao seu sentido, aos seus valores. “Se não pulsa nelas esta pergunta de fundo, não creio que as nossas preocupações ecológicas possam alcançar efeitos importantes” (LS160).

Ao longo da encíclica, encontramos uma forte crítica destinada aos que defendem “a todo o custo o mito do progresso, afirmando que os problemas ecológicos resolver-se-ão simplesmente com novas aplicações técnicas, sem considerações éticas nem mudanças de fundo” (LS 60), bem como a forma como a tecnologia vem sendo utilizada. Vale a pena retomar alguns deles:

“É possível voltar a ampliar o olhar, e a liberdade humana é capaz de limitar a técnica, orientá-la e colocá-la ao serviço doutro tipo de progresso, mais saudável, mais humano, mais social, mais integral” (LS

112). “O progresso da ciência e da técnica não equivale ao progresso da humanidade e da história. Não nos resignemos a isto nem renunciemos a perguntar-nos pelos fins e o sentido de tudo. Caso contrário, apenas legitimaremos o estado de fato e precisaremos de mais sucedâneos para suportar o vazio” (LS 113). “Quando a técnica ignora os grandes princípios éticos, acaba por considerar legítima qualquer prática. A técnica separada da ética dificilmente será capaz de autolimitar o seu poder” (LS136). A tecnologia, ligada a finanças, que “pretende ser a única solução dos problemas, é incapaz de ver o mistério das múltiplas relações que existem entre as coisas e, por isso, às vezes resolve um problema criando outros”. O casamento da economia com a tecnologia deixou de fora tudo que não faz parte dos seus interesses imediatos. Aí estão as raízes de grande parte dos problemas. (LS20)

Há um trecho em especial em que ele relaciona “o avolumar-se de constantes novidades” com a consagração de “uma fugacidade que nos arrasta à superfície numa única direção”.

Torna-se então difícil parar e retomar a profundidade da vida. Se a arquitetura reflete o espírito duma época, as megaestruturas e as casas em série expressam o espírito da técnica globalizada, onde a permanente novidade dos produtos se une a um tédio enfadonho. Não nos resignemos a isto nem renunciemos a perguntar-nos pelos fins e o sentido de tudo. Caso contrário, apenas legitimaremos o estado de fato e precisaremos de mais sucedâneos para suportar o vazio (LS 113).

Esta postura crítica do Papa Francisco teve ótima aceitação e concordância no meio científico. O progresso humano, segundo Gaël Giraud (2015, p.43), “não pode ser medido pela técnica, tampouco pelo lucro. Mede-se, sobretudo, pela qualidade das relações sociais que tecemos entre nós”.

Joshua Rosenau²⁷ (2015, p.25) pondera que “à medida que moldamos cada vez mais o mundo natural, temos um dever ético de considerar os efeitos dessas mudanças”. Este autor ressalta a necessidade de travar uma ampla discussão sobre nossas obrigações éticas para com o mundo natural e sobre como cumprir essas obrigações ao mesmo tempo em que ajudamos nossos semelhantes.

Pelo que podemos ver até aqui, a técnica não existe por si só. Nós alimentamos os mercados. Ela vai até onde homens e mulheres demandam, consomem, formatam. Ela ocupa os espaços deixados por nós todas as vezes que deixamos de perguntar pelos fins e o sentido de tudo. Ela assume a velocidade que nosso consumo estabelece. Temos então este inimigo dentro de nós, porém personificado nas madeiras, no agronegócio, na siderurgia, na moda, no trabalho escravo, no trabalho infantil, na exploração ilegal de metais preciosos, entre tantos outros. Ao buscarmos a satisfação desmedida de todos os nossos desejos (muitos deles supérfluos e inúteis) e necessidades, demandamos, indiretamente, recursos da natureza: combustível fóssil; água; madeira; metais pesados e leves; carne, couro etc.

Para o jesuíta José Roque Junges²⁸ (2015:106), o capitalismo sempre verá a natureza como um estoque de recursos a serem explorados a serviço da mais valia. Por isso nunca será possível conciliar a concepção capitalista com uma mentalidade ecológica, por mais que se queira travestir o capitalismo de um verniz verde. Ainda assim, penso que quem

27 Diretor do Projeto de Informação Pública da National Center for Science Education. Biólogo.

28 Jesuíta, graduado em Filosofia (PUC – RS) e em Teologia pelas Faculdades Cristo Rei – Unisinos, mestre em Teologia pela PUC – Chile e doutor em Teologia Moral pela Pontificia Universidade Gregoriana de Roma.

fornece combustível para o capitalismo são as pessoas/consumidores²⁹.

O que assistimos é o conceito de sustentabilidade como discurso e, como tal, cabe bem em qualquer situação e lugar, sobretudo na perspectiva do politicamente correto. O próprio Junges afirma que “ninguém vai defender um desenvolvimento que não seja sustentável”.

As mineradoras da Vale, as prospecções de petróleo da Petrobrás, as hidroelétricas como, por exemplo, a de Belo Monte, sempre serão justificadas como sustentáveis, porque receberam o aval técnico do IBAMA. Os critérios e parâmetros de sustentabilidade só poderão ser definidos quando se tiver a coragem de discutir quais modelos econômicos são sustentáveis. As conferências mundiais do meio ambiente sempre chegam a um impasse porque a caixa preta do modelo econômico é intocável e por isso aparecem propostas mistificadores e enganadoras que apenas servem para não tocar o verdadeiro problema: que tipo de economia é adequada para um ambiente verdadeiramente sustentável (JUNGES, 2015, p.108).

Lendo, ouvindo e participando de tantas discussões em torno do meio ambiente e da sustentabilidade, ficamos mesmo com esta impressão. Todos são favoráveis! Continuamos descartando o lixo como sempre fizemos, vestindo-nos, utilizando água, comendo, andando, festejando, “casando e dando-se em casamento”, como acontecia no tempo de Noé. “Colocamos selo verde em tudo e dormimos em paz”, é o que Junges ob-

29 O que corrobora a ideia de que “os denominadores do espaço capitalista” (GOMES, 1988: 46) não foram capazes de conciliar progresso e desenvolvimento econômico com a preservação da natureza e, muito menos, com a qualidade de vida das pessoas. A constatação de que “o lucro capitalista se sobrepõe às condições sociais de vivência do ser humano”, inevitavelmente, nos leva a acreditar que, de fato, “quanto mais avançamos mais nos ameaçamos” (Idem).

serva: “O verde seria o passe de mágica que acabaria com a miséria sem mudar nada no modelo. Essa é uma verdadeira história da carochinha”.

Junto da nossa demanda e vontade, temos também os interesses das grandes corporações, que, por sua vez, têm cada vez maior influência sobre os sistemas políticos. Para a antropóloga Moema Miranda³⁰, “os oponentes são extremamente poderosos!” As grandes corporações lideram, segundo Miranda, “lobbies extremamente fortes para desqualificar as pesquisas científicas e alcançarem grande êxito”. Não se pode esperar que as empresas ou o mercado sejam capazes de se autolimitar. De fato, no Brasil, por exemplo, na última eleição para a presidência, os três candidatos, Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB), tiveram suas campanhas bancadas, sobretudo, por construtoras, indústrias e empresas do agronegócio, principalmente a JBS (Friboi e outros).³¹

Francisco deixa claro que “os produtos da técnica não são neutros” (LS 107), porque criam uma trama que acaba por condicionar os estilos de vida e orientam as possibilidades sociais na linha dos interesses de determinados grupos de poder. Certas opções, que parecem puramente instrumentais, na realidade são opções sobre o tipo de vida social que se pretende desenvolver. Precisamos mesmo de tanta coisa?

Uma ciência que pretenda oferecer soluções para os grandes problemas deveria, necessariamente, ter em conta tudo o que o conhecimento ge-

30 Antropóloga com mestrado e pós-graduação em Antropologia Social pelo Museu Nacional, da UFRJ.

31 O levantamento excluiu doações feitas por pessoas físicas, mesmo as que representam setores, como é o caso de Eraí Maggi, um dos maiores produtores de soja do país, que doou R\$ 500 mil à Dilma, e Guilherme Leal, acionista da indústria de cosméticos Natura, que contribuiu com R\$ 400 mil para o comitê de Marina. Fonte: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/09/17/75-de-doacoes-a-presidenciais-vem-da-construcao-industria-e-agronegocio.htm>. Acessado dia 10 de outubro de 2015.

rou nas outras áreas do saber, incluindo a filosofia e a ética social. Esse é um procedimento difícil. Por isso também não se consegue reconhecer verdadeiros horizontes éticos de referência. A vida passa a ser uma rendição às circunstâncias condicionadas pela técnica, entendida como o recurso principal para interpretar a existência.

V. IMPACTOS EM NOSSOS PROCESSOS EDUCATIVOS

“Para que as mudanças ocorram, é essencial mudar o paradigma. Não se chegou à lâmpada melhorando a iluminação a vela”.

Maurício Waldman

Para um problema de tamanha complexidade, Francisco não amenuiza ao fazer a chamada de que toda pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas nos estilos de vida, nos modelos de produção e de consumo, nas estruturas consolidadas de poder que hoje regem as sociedades. A gravidade da crise cultural e ecológica precisa traduzir-se em novos atos. Para isso, propõe “um olhar diferente, um programa educativo, um estilo de vida e uma espiritualidade que oponham resistência ao avanço do paradigma tecnocrático”. Francisco nos solicita “urgência de avançar numa corajosa revolução cultural”. Diz isto, ciente de que qualquer tentativa das organizações sociais para alterar as coisas será vista como “um distúrbio provocado por sonhadores românticos” (L 7;54; 11;114).

Na contracultura, sua proposta inclui, ao citar Bartolomeu (tópico 9), de passar do consumo ao sacrifício, da avidez à generosidade, do desperdício à capacidade de partilha, numa ascese que “significa aprender a dar, e não simplesmente renunciar”. Para Francisco, a sobriedade vivida livre e conscientemente é libertadora.

Não se trata de menos vida, nem vida de baixa intensidade; é precisamente o contrário. A felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para múltiplas possibilidades que a vida oferece (LS 223).

Em outro trecho diz que:

O ser humano aceita os objetos comuns e as formas habituais da vida como lhes são impostos pelos planos nacionais e pelos produtos fabricados em série e, em geral, age assim com a impressão de que tudo isto seja razoável e justo. O referido paradigma faz crer a todos que são livres pois conservam uma suposta liberdade de consumir, quando na realidade apenas possui a liberdade a maioria que detém o poder econômico e financeiro³². (203)

Questiona a suposta liberdade de consumir. Para ele, a acumulação de objetos e prazeres seria uma escravidão, pois “não se sentem capazes de renunciar àquilo que o mercado lhes oferece”. Saindo da postura passiva de consumidores vorazes, Francisco retoma a força que podemos exercer sobre o poder político, econômico e social, ao deixarmos de adquirir determinados produtos. Este ato consciente e intencional consegue mudar o comportamento das empresas, “forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção”. O limite não será dado pelo mercado. Aqui recai sobre nós a responsabilidade social como consumidores. Lembra a fala de Bento XVI, que “comprar é sempre um ato moral, para além de econômico”. Por isso, hoje, o tema da degradação ambiental põe em questão os comportamentos de cada um de nós (LS 206). Notifica a esperança que tem nos jovens, mais dispostos a “realizar as maiores mudanças nos hábitos de consumo”. Destaca esta nova sensibilidade ecológica e o espírito generoso, e da luta admirável de muitos em defesa do meio ambiente. Enxergamos aqui o papel da escola que pode contribuir para otimizar esta nova sensibilidade ecológica. Como sujeitos atuantes em centros de educação não podemos ficar indiferentes a esta chamada. Precisamos nos esforçar para que nosso projeto educativo traga a ecolo-

32 Citando Romano Guardini

gia integral para o seu centro. As ciências da natureza, as humanas, as linguagens e a matemática são meios para que possamos alargar nosso entendimento e dos estudantes de que não há recortes disciplinares centrais ou periféricos, mas relações.

Edgar de Assis Carvalho (2015) pontua que a Ecologia Integral é um conceito central na Encíclica e que “requer abertura para categorias que transcendem a linguagem das ciências exatas ou da biologia e nos põem em contato com a essência do ser humano”. A ecologia integral é aquela que cuida de nossos três tipos de relações: com Deus, entre os humanos e com a natureza. Neste sentido, afirma Carvalho, a Encíclica está afinada com aquilo que Edgar Morin propõe como objetivos últimos do pensamento complexo, que é de “religar ciências, espiritualidades, artes, propor vias para o futuro da Terra-Pátria, restaurar a Ética, construir processos educativos que superem as fragmentações disciplinares. A Ecologia religa necessariamente humanidade e animalidade, pois tudo isso está interconectado numa espécie de síntese sem síntese, conclui Carvalho.

Sabemos que ainda não estamos em sintonia com este projeto. Caminhamos pouco. Grande parte das escolas ainda não trazem esta preocupação, não se ocupam, nem demonstram intenção pedagógica de tocar nesses assuntos. O que vemos são projetos pontuais que não passam de ilustrações.

O consumismo é alimentado, muitas vezes, pela própria escola. Basta verificarmos nossas listas de materiais; a troca de livros anuais; a dificuldade que as famílias encontram para o aproveitamento de livros entre irmãos. Se comunidades em geral carecem de uma política sistemática de descarte dos resíduos recicláveis, nas escolas a situação não é diferente. Quanta impressão de papel inútil ou desnecessária! Atividades e exercícios que nunca serão lidos ou se perderão em um escaninho qualquer. Quantos comunicados que nunca sairão do fundo da mochila. Quantos copos descartáveis. Quantas maquetes de isopor! E feiras de Ciências

que são no final um amontoado de resíduos? Quanto exagero nos lanches e desperdícios nos pratos. Não há também um trato respeitoso em relação aos animais. Não se ensina sobre compaixão para com (todos!) eles. Grande parte da arquitetura escolar não dá espaço para o verde e para a luz natural. Tantas e tantas coisas que, mesmo irrelevantes, refletem uma concepção de educação e de nossa relação com a natureza.

Em nossas escolas podemos exprimir nossa identidade. O que iremos ali anunciar? O que iremos denunciar? Quais as relações desse lugar com a Encíclica Laudato Si'? Como iremos sistematizar o ensino do conceito de Ecologia Integral?

A população brasileira é, predominantemente, urbana. Passamos grande parte do dia e da noite em contato com cimento, asfalto, ar-condicionado, vidro e metais, privados do contato físico com a natureza. Como diz Carl Honoré (2005): nunca percorremos tantas distâncias, mas nunca pisamos tão pouco no solo. Afastamo-nos não apenas dos ecossistemas vivos, mas também nos tornamos analfabetos ecológicos. Desconhecemos os princípios que sustentam os ecossistemas e com isto coisificamos a natureza e as criaturas. Perdemos também, ao nos afastarmos da espiritualidade, a capacidade de distinguir o essencial do supérfluo ou fútil. O silêncio nos incomoda. O nada fazer e contemplar nos deixa ansiosos. O ficar sozinho e nada falar é impensável. Mais do que nunca é preciso reconectar e reaprender a linguagem da natureza. Por qual método?

Alguém escreveu que “a ecologia que chega ao coração é aquela que você aprende junto da natureza”, lá fora, caminhando, plantando, cozinhando, comendo. É preciso criar vínculos emocionais com a natureza, dito de Capra. Esse é o caminho. Infelizmente as definições de sustentabilidade que temos “não passam de exortações morais”. Verdade. Talvez seja este o motivo de não nos sentirmos afetados para a mudança.

A identidade dos espaços educativos, bem como os processos pedagógicos, formas de fazer, equipamentos e pedagogias precisam apresentar uma coerência interna que somente a visão sistêmica oferece. Não se pode pensar ecologia como algo independente da economia, da política, da cultura e do estilo de vida cotidiano.

Christian Albini (2015:83-90) contribui ao dizer que:

O que podemos reproduzir de nós mesmos e do mundo, o que pretendemos manter ou mudar da natureza que nos constrói e rodeia, mas também da nossa história individual e coletiva? É esta a pergunta que a sociedade planetária não pode mais evitar, mas que, na verdade, já evitou, infelizmente, com níveis de consciência e de controle sobre as escolhas, muito mais limitados do necessário, pelo tamanho do desafio.

De certa forma ele diz aquilo que Ghandi propõe: que devemos ser a mudança que queremos no mundo. Qual mundo anunciaremos em nossas salas de aula e escolas? Temos a oportunidade única e rica de fazer desses lugares Centros de Referência em Ecologia Integral, de vivência e experiência, que nos transforme, em primeiro lugar, para que, transformados, possamos nos mover a transformar a realidade e sermos arautos de uma outra relação com a natureza.

REFERÊNCIAS

BINDÉ, Jérôme (Ed.). Fazendo as pazes com a Terra: qual o futuro da espécie humana e do planeta? Brasília: UNESCO, Ed. Paulus, 2010.

CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, Edgard de Assis. Da crise ecológica ao pensamento complexo. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.58-61. – Ano XV de 03/08/2015.

CATALÃO, Vera Lessa e RODRIGUES, Maria do Socorro (org.) Água como Matriz Ecopedagógica. Brasília. Edição do autor, 2006.

DASGUPTA, Partha. Sintonia fina entre Laudato Si' e as ciências econômicas, sociais e naturais. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.32-33 – Ano XV de 03/08/2015.

FRANCISCO. Encíclica Laudato Si'. Vaticano, 2015.

FRUGONI, Chiara. Uma outra face de São Francisco de Assis. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.78-82. Ano XV de 03/08/2015.

GIRAUD, Gaël. Da dívida ecológica ao débito do sistema financeiro com os pobres. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.40-44. Ano XV de 03/08/2015.

GOMES, Horieste. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. In: Terra Livre, São Paulo: AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, em coedição com a Editora Marco Zero Ltda., 1988. 120p

HONORÉ, Carl. Devagar. Rio de Janeiro. Editora Record, 2005.

JUNGES. José Roque. Ecologia Integral e justiça ambiental no cuidado da “casa comum”. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p. 104-110 – Ano XV de 03/08/2015.

MIRANDA, Moema. Laudato Si': a novidade que provoca e agita agenda ambiental. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.62-67 – Ano XV de 03/08/2015.

MURPHY, Roseanne. A luta pela Ecologia Integral na Amazônia brasileira. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.124-127 – Ano XV de 03/08/2015.

PEPPARD, Cristiana. O novo e o velho na encíclica de Francisco. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p – 116-119 -Ano XV de 03/08/2015.

REGAN, Tom. Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.

ROSENAU, Joshua. Por uma ética da terra – Caminhos para o desenvolvimento científico. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.24-28 – Ano XV de 03/08/2015.

SANTOS, Filipe. Assumir o problema climático como antropogênico: primeiro passo para mudança. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p – Ano XV de 03/08/2015.

SCHAEFFER, Jame. O despertar da consciência. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.111-115 – Ano XV de 03/08/2015.

VEERABHADRAN, Ramanathan. Ecologia integral, um olhar científico sobre o conceito. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.29-31 – Ano XV de 03/08/2015.

VIVERET, Patrick. A desertificação humana e ecológica. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.120-123 – Ano XV de 03/08/2015.

WÉNIN, André. As convergências entre a bíblica, a Laudato Si' e o tempo presente. Revista IHU, São Leopoldo, RS, N.469, p.74-77 – Ano XV de 03/08/2015.

Este livro foi impresso em capa
Triplex LD 250g/m² e miolo
Offset LD 90g/m² com fonte
Chaparral Pro corpo 11.

Encíclica Laudato Si' e a Educação:

qual parte nos cabe?

A Encíclica Do Papa Francisco denominada *Laudato Si': sobre o cuidado da Casa Comum*, com seus seis capítulos e 246 tópicos, foi divulgada oficialmente no dia 18 de junho de 2015, com ampla repercussão na imprensa. Distribui responsabilidades para todos os níveis e direções: do mais isolado cidadão às lideranças do processo produtivo, financeiro e das nações. Orientação também aplicável ao ensino formal e ao professor na sala de aula. Se concebemos a educação diplomante como um vetor de transformação e interferência na realidade, não há como desconsiderar a contribuição (e responsabilidade) das instituições escolares na mudança de mentalidades e comportamentos dos indivíduos. Uma vez que significativa parcela das sociedades passa por essa instituição, é preciso que se reconheça o papel crucial do ensino nas novas formas de pensar e agir. O presente trabalho é uma tentativa de aproximação e de diálogo entre Laudato Si' e a Escola, ou a Educação (formal e informal). Como podemos comparecer e contribuir diante desse grande desafio mundial da crise ambiental? O texto nos confronta, suscita perguntas e estranha algumas “verdades” já estabelecidas.